

Editorial

Transição nutricional frente a modernidade: os desafios para os profissionais da saúde

O Brasil vem vivenciando, sobretudo nas últimas quatro décadas, diversas mudanças demográficas e epidemiológicas que têm como resposta as alterações no perfil nutricional e de consumo alimentar de toda uma população. A transição nutricional, calcada no aumento do sobrepeso e obesidade, e das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), tem como pano de fundo as práticas alimentares inadequadas associadas ao aumento do sedentarismo e as mudanças da qualidade de vida como um todo. Além disso, permeia a redução da desnutrição e das carências nutricionais, mas que ainda estão presentes no país.

A complexa compreensão dessas atuais doenças traz à tona a vontade – ou a necessidade - de culpabilizar o outro pelas más escolhas pessoais, ou pelo não cumprimento das orientações dadas pelos profissionais da saúde. Entretanto, alguns desses profissionais negligenciam, muitas vezes, que o conhecimento não determina, nem parcialmente, a mudança no estilo de vida, tampouco os conhecimentos acumulados sobre alimentação e nutrição pela população, as fazem comer bem. Essa análise é rapidamente concluída quando observamos o sedentarismo, a má alimentação, as noites de sono mal dormidas, o hábito de fumar ou beber entre diversos profissionais da saúde, que carregam consigo todo o conhecimento técnico-científico sobre essas práticas.

Muito além do conhecimento técnico sobre as causas da obesidade e das DCNT, e no como comer, e no que fazer para evitá-las, já abarcado na população, são necessários ambientes que favoreçam a prática desse conhecimento,

sobretudo no âmbito de políticas públicas que emergem na defesa de práticas saudáveis e que favoreçam as boas escolhas. Para tanto, são necessárias diversas mudanças no âmbito macro até o micro estrutural, transpassando a problemática da propaganda e marketing de alimentos, o consumo de agrotóxicos, até chegar à indústria de alimentos.

Do capitalismo hoje, emergem tensões políticas entre diversos atores: por um lado, a propaganda e o marketing de alimentos, engajados e decididos a vender os produtos gerados pela indústria, que define alimento-mercadoria pautado na disponibilidade de gêneros alimentícios gerados por meio de alta tecnologia industrial, associada aos ingredientes de fácil aquisição, baixo custo e baixa qualidade nutricional, e, por outro lado, a definição do comer pelo processo social, valorizando os saberes populares e as práticas sociais, dentro do significado simbólico da comida e do comer.

Paralelamente a isso, dez indústrias de agrotóxicos, que por conseguinte são as mesmas que controlam os transgênicos, dominam não somente 80% das sementes do mundo, mas também controlam a aquisição de alimentos por meio das redes nacionais e internacionais de supermercados. Nessa ótica da tentativa de justificar o aumento da disponibilidade de alimentos, no discurso do capital existente desde a década de 1950 (nos Estados Unidos e Europa), com a Revolução Verde, o sistema alimentar gera ainda mais um consumo desigual e injusto, com fortes impactos na saúde pública, permanecendo a fome no mundo e a violação dos direitos humanos, dentre

eles da soberania alimentar. Mais do que isso, a discussão da crise do sistema alimentar e seus impactos é pouco vislumbrada sob a ótica mais ampla da crise do capital.

O desafio hoje dos profissionais de saúde pública, sobretudo o nutricionista, no debate das doenças crônicas, das carências nutricionais e da soberania alimentar é se sensibilizarem para compreenderem e desmitificarem a complexidade da obesidade e das demais doenças para poderem, de maneira mais macro e efetiva, iniciar a luta pelo processo de mudança do estado nutricional do brasileiro e do consumo de alimentos.

Verônica Gronau Luz
Nutricionista
Doutora em Saúde Coletiva
Faculdade de Ciências Médicas
UNICAMP